

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.	3 - CNPJ 10.647.979/0001-48
4 - NIRE 35300366026		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV JUCA PEÇANHA, 116		2 - BAIRRO OU DISTRITO CIDADE SATÉLITE	
3 - CEP 12941-000	4 - MUNICÍPIO ATIBAIA		5 - UF SP
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 4414-6600	8 - TELEFONE 4414-6601	9 - TELEFONE 4414-6600
10 - TELEX 0			
11 - DDD 11	12 - FAX 4412-5786	13 - FAX 4412-5786	14 - FAX 4412-5786
15 - E-MAIL ri@rotadasbandeiras.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME LUCAS CIVE BARBOSA			
2 - ENDEREÇO COMPLETO AV JUCA PEÇANHA, 116		3 - BAIRRO OU DISTRITO CIDADE SATÉLITE	
4 - CEP 12941-000	5 - MUNICÍPIO ATIBAIA		6 - UF SP
7 - DDD 11	8 - TELEFONE 4414-6600	9 - TELEFONE 4414-6600	10 - TELEFONE 4414-6600
11 - TELEX			
12 - DDD 11	13 - FAX 4412-5786	14 - FAX 4412-5786	15 - FAX 4412-5786
16 - E-MAIL ri@rotadasbandeiras.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	09/02/2009	31/12/2009
2 - Penúltimo		
3 - Antepenúltimo		
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR PRICewaterhouseCOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES		5 - CÓDIGO CVM 00287-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO MARCO AURÉLIO DE CASTRO E MELO		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 078.020.188-46

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 999999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.	3 - CNPJ 10.647.979/0001-48
----------------------------	--	--------------------------------

**01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL**

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2009	2	3
<b>Do Capital Integralizado</b>			
1 - Ordinárias	99.309	0	0
2 - Preferenciais	99.310	0	0
3 - Total	198.619	0	0
<b>Em Tesouraria</b>			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

**01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA**

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1140 - Serviços Transporte e Logística
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados.
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado

**01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

**01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO**

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

**01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

1 - DATA 03/05/2010	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.	3 - CNPJ 10.647.979/0001-48
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2009	4 -	5 -
1	Ativo Total	1.449.008	0	0
1.01	Ativo Circulante	31.464	0	0
1.01.01	Disponibilidades	8.183	0	0
1.01.02	Créditos	15.447	0	0
1.01.02.01	Clientes	15.206	0	0
1.01.02.01.01	Contas a receber	15.206	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	241	0	0
1.01.02.02.01	Tributos Diferidos	241	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	7.834	0	0
1.01.04.01	Despesas Antecipadas	7.135	0	0
1.01.04.02	Outros	699	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.417.544	0	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.042	0	0
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	1.042	0	0
1.02.01.03.01	Tributos Diferidos	1.042	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	1.416.502	0	0
1.02.02.01	Investimentos	0	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	111.821	0	0
1.02.02.03	Intangível	1.304.681	0	0
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.	3 - CNPJ 10.647.979/0001-48
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2009	4 -	5 -
2	Passivo Total	1.449.008	0	0
2.01	Passivo Circulante	1.351.483	0	0
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	690.340	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	37.479	0	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	3.430	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	620.234	0	0
2.01.08.01	Salários e Encargos sociais	1.143	0	0
2.01.08.02	Credor pela aquisição da concessão	618.975	0	0
2.01.08.03	Outros Passivos	116	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	0	0	0
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	0	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	0	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	97.525	0	0
2.05.01	Capital Social Realizado	198.619	0	0
2.05.01.01	Capital Subscrito	208.813	0	0
2.05.01.02	Capital Social a Integralizar	(10.194)	0	0
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.	10.647.979/0001-48

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2009	4 -	5 -
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(101.094)	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.	10.647.979/0001-48

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 09/02/2009 a 31/12/2009	4 -	5 -
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	129.766	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(11.268)	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	118.498	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(103.418)	0	0
3.05	Resultado Bruto	15.080	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(117.216)	0	0
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(11.875)	0	0
3.06.03	Financeiras	(105.346)	0	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.140	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(106.486)	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	5	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	(102.136)	0	0
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(102.136)	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0
3.11	IR Diferido	1.042	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(101.094)	0	0
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	198.619	0	0
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)		0,00000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)	(0,50898)		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.	10.647.979/0001-48

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 09/02/2009 a 31/12/2009	4 -	5 -
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(12.858)	0	0
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	25.039	0	0
4.01.01.01	Prejuízo do período antes do IR e da CS	(102.136)	0	0
4.01.01.02	Depreciação e amortização	36.099	0	0
4.01.01.03	Juros e variações monetárias líquidas	91.076	0	0
4.01.01.04	Perda na baixa de imobilizado	0	0	0
4.01.01.05	Apropriação de despesas antecipadas	0	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(13.515)	0	0
4.01.02.01	Contas a receber	(15.206)	0	0
4.01.02.02	Tributos a recuperar	(241)	0	0
4.01.02.03	Despesas antecipadas	(7.135)	0	0
4.01.02.04	Outros ativos	(699)	0	0
4.01.02.05	Salários e encargos sociais	1.143	0	0
4.01.02.06	Fornecedores	5.077	0	0
4.01.02.07	Tributos a pagar	3.430	0	0
4.01.02.08	Obrigação pela aquisição de outorga	0	0	0
4.01.02.09	Outros passivos	116	0	0
4.01.03	Outros	(24.382)	0	0
4.01.03.01	Juros pagos	(24.382)	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(832.954)	0	0
4.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado	(82.036)	0	0
4.02.02	Adições ao intangível	(750.918)	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	853.995	0	0
4.03.01	Ingressos de empréstimos	905.376	0	0
4.03.02	Sociedades da organização Odebrecht	0	0	0
4.03.03	Aumento de capital social	198.619	0	0
4.03.04	Amortização de Empréstimos	(250.000)	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	8.183	0	0
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.183	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.	10.647.979/0001-48

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 09/02/2009 A 31/12/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	(101.094)	0	(101.094)
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	198.619	0	0	0	0	0	198.619
5.08.01	Capital Social Subscrito	208.813	0	0	0	0	0	208.813
5.08.02	Capital Social a Integralizar	(10.194)	0	0	0	0	0	(10.194)
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	198.619	0	0	0	(101.094)	0	97.525



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.	3 - CNPJ 10.647.979/0001-48
---------------------------	--	--------------------------------

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 09/02/2009 a 31/12/2009	4 -	5 -
6.01	Receitas	129.766	0	0
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	129.434	0	0
6.01.02	Outras Receitas	332	0	0
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	0	0	0
6.01.04	Provisão/Rev. Créd. Liquidação Duvidosa	0	0	0
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(69.670)	0	0
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(53.661)	0	0
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	(16.009)	0	0
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	0	0
6.02.04	Outros	0	0	0
6.03	Valor Adicionado Bruto	60.096	0	0
6.04	Retenções	(36.099)	0	0
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(36.099)	0	0
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	23.997	0	0
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.144	0	0
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	0
6.06.02	Receitas Financeiras	1.140	0	0
6.06.03	Outros	4	0	0
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	25.141	0	0
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	25.141	0	0
6.08.01	Pessoal	5.479	0	0
6.08.01.01	Remuneração Direta	3.719	0	0
6.08.01.02	Benefícios	1.445	0	0
6.08.01.03	F.G.T.S.	315	0	0
6.08.01.04	Outros	0	0	0
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.442	0	0
6.08.02.01	Federais	5.958	0	0
6.08.02.02	Estaduais	0	0	0
6.08.02.03	Municipais	6.484	0	0
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	108.314	0	0
6.08.03.01	Juros	106.486	0	0
6.08.03.02	Aluguéis	1.828	0	0
6.08.03.03	Outras	0	0	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	(101.094)	0	0
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0
6.08.04.02	Dividendos	0	0	0
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	(101.094)	0	0
6.08.05	Outros	0	0	0

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

## Parecer dos auditores independentes

Aos administradores e acionistas  
Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

1 Examinamos o balanço patrimonial da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia") em 31 de dezembro de 2009 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao período compreendido entre 9 de fevereiro (data da constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2009, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. em 31 de dezembro de 2009 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações, referentes ao período compreendido entre 9 de fevereiro e 31 de dezembro de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Conforme mencionado na Nota 1, em 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava excesso de passivos sobre ativos circulante no montante de R\$ 1.320.019 mil, em virtude, principalmente, do passivo referente ao empréstimo sindicalizado (Nota 8) contraído para aquisição do direito de outorga da concessão explorada pela Companhia e pelas parcelas vincendas da obrigação decorrente dessa aquisição (Nota 9). Os planos da administração da Companhia relacionados à equalização da situação de capital circulante líquido negativo incluem captação de empréstimo de longo prazo e estão apresentados na Nota 1. Até que o volume das operações seja suficiente para gerar fluxo positivo de caixa e que a administração concretize com êxito seus planos, a Companhia dependerá de recursos financeiros provenientes de seus acionistas ou de terceiros para a liquidação de suas obrigações correntes.

99999-9 CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A. 10.647.979/0001-48

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

5 A Companhia vem incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento dos projetos de construção dos seus ativos concessivos representados pelos ativos imobilizado e intangível que, em 31 de dezembro de 2009, montavam a

R\$ 111.821 mil e R\$ 1.304.681 mil, respectivamente, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações.

6 As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2009 e para o período compreendido entre 9 de fevereiro e 31 de dezembro de 2009, objeto de nosso parecer, foram originalmente emitidas, sem ressalvas, em 22 de fevereiro de 2010. As referidas demonstrações financeiras estão sendo rerepresentadas para contemplar a inclusão da demonstração do valor adicionado, bem como para a complementação das notas explicativas em atendimento às exigências estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para empresas em processo de registro.

Salvador, 23 de abril de 2010

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Marco Aurélio de Castro e Melo  
Contador CRC 1SP153070/O-3

---

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

---

**Resultados acumulados de 2009**

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**1. Mensagem da Administração**

A partir da zero hora do dia 3 de abril de 2009, a Concessionária, assumiu, a operação e a administração do Sistema Rodoviário Corredor Dom Pedro I, mediante cobrança de pedágios, que contempla a SP-065 (Rodovia Dom Pedro I) e trechos das rodovias SP-332, SP-083, SP-360 e SP-063. De fundamental importância na interligação do fluxo de veículos entre o interior paulista, o Corredor Dom Pedro I possui atualmente a malha viária de 277 km, e será acrescido através de obras de ampliação de 20 km adicionais, totalizando a extensão de 297 km ao término da concessão.

Ao longo dos 30 anos de concessão, a Concessionária, empresa da Organização Odebrecht, investirá R\$ 2,1 bilhões em obras de ampliação, duplicação, prolongamento, recuperação de rodovias, sinalização, monitoramento, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, implantação de marginais, manutenção e melhoria dos sistemas de operação e conservações preventivas, dentre outros.

Ainda no seu primeiro ano de operação, a Concessionária apresentou resultado operacional positivo com base em suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, demonstrando desempenho operacional no negócio.

Contando com a experiência e credibilidade da organização Odebrecht na prestação de serviços públicos, a Concessionária, firma o seu compromisso com a melhoria contínua da prestação de seus serviços através de planejamento e foco constante na eficiência de sua gestão operacional, de modo qualificado com o objetivo de tornar-se uma empresa modelo do setor concessões rodoviárias.

Nestes primeiros meses, a Concessionária agradece a seus usuários, aos acionistas, aos colaboradores, ao Governo do Estado de São Paulo e à ARTESP, às instituições financeiras, à Polícia Militar Rodoviária e demais parceiros, pela confiança, apoio e parceria, contribuições fundamentais para o início desta promissora trajetória.

---

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

---

## 2. Desempenho Econômico e Financeiro

- **2.1 Receitas**

Em 2009 a Concessionária obteve uma receita líquida de R\$ 118,5 milhões, oriunda prioritariamente da arrecadação dos pedágios através de numerários, por equipamento eletrônico - AVI ("Automatic Vehicle Identification") e por vale pedágio, além de outras receitas oriundas da exploração da rodovia.

- **2.2 Custos Operacionais e Despesas Administrativas**

Os custos dos serviços prestados e as despesas gerais e administrativas refletem os custos com manutenção e conservação da rodovia, gastos com pessoal, bem como o direito de outorga da concessão.

- **2.3 Resultado Financeiro**

O resultado financeiro líquido do ano de 2009 refere-se às receitas financeiras, compostas pela receita de aplicação financeira, deduzidas as despesas financeiras, compostas pelos juros, Imposto sobre operações financeiras e comissões bancárias sobre empréstimos e encargos financeiros pela aquisição da concessão.

- **2.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Em 2009 a Concessionária registrou o valor de R\$ 1 milhão, referente ao imposto de renda e a contribuição social diferidos, valores estes calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

- **2.5 Endividamento**

Em 31 de dezembro de 2009, a dívida bruta da Concessionária, adquirida em moeda local, representou R\$ 712 milhões, montante utilizado para financiar as obrigações da concessão, principalmente obras e outorga fixa.

- **2.6 Investimentos**

Os investimentos realizados pela Concessionária no Corredor Dom Pedro I ao longo do ano de 2009 representaram R\$ 114 milhões despendidos integralmente na construção de instalações, pavimentações, conservação especial, equipamentos de pedágio, ampliações e melhorias, dentre outros.

---

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

---

- **2.7 Gestão de Pessoas**

A Concessionária utiliza a Tecnologia Empresarial Odebrecht — TEO, como ferramenta fundamental na gestão de pessoas. A educação pelo e para o trabalho é um dos pilares da cultura empresarial, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na sua capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada e na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante.

- **2.8 Responsabilidade Social**

A Concessionária apóia a campanha "Nem todo acidente é um acidente", promovida pela Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (ABRAMET), que tem como objetivo a conscientização dos motoristas e a prevenção de acidentes de trânsito. Além disso, a Concessionária patrocina a Campanha "Na Rota da Saúde contra a Hepatite C" que ministra palestras nos municípios limítrofes à rodovia Dom Pedro I sobre a Hepatite C, suas formas de tratamento e riscos associados.

---

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

## 1. Contexto operacional

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Rota das Bandeiras" ou "Companhia") foi constituída em 9 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 3 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ("ARTESP") de 2 de abril de 2009.

O Corredor Dom Pedro I possui atualmente a extensão de 277 km, e será acrescido de 20 km adicionais, totalizando a extensão de 297 km ao término da concessão. É constituído pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamento da SP-083 e outros segmentos de rodovias transversais. Adicionalmente, a Companhia é responsável pela manutenção de 81,4 km de estradas vicinais.

A concessão, pelo prazo de 30 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- No Corredor Dom Pedro I
  - Construção de postos de pesagem (fixos e móveis), postos de serviços de atendimento aos usuários e postos da Polícia Militar Rodoviária;
  - Reforma da praça de pedágio de Itatiba;
  - Demolição da praça de pedágio de Nazaré Paulista;
  - Construção das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Jundiá, Louveira e Paulínia;
  - Implantação e melhorias de acessos, marginais, vias perimetrais, faixas adicionais, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestres, dispositivos de entroncamentos e readequação das interseções;
  - Duplicação de rodovia, retificação de traçado e implantação de retornos em nível e desnível;
  - Alargamento de obras de arte especiais e construção de viadutos.

---

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

• Pagamento de:

- Direito de outorga no valor inicial de R\$ 1.342.000 acrescido de reajuste contratual de R\$ 49.611, totalizando o montante de R\$ 1.391.611. O pagamento da outorga tem sido feito em 19 parcelas, mensais e consecutivas, sendo a primeira com vencimento em 31 de março de 2009 no montante de R\$ 268.401, duas parcelas de R\$ 59.645 e 16 parcelas de R\$ 62.745 cada. As quatro últimas parcelas serão ajustadas no mês de julho de 2010 com base no IPCA acumulado nos últimos doze meses, tendo como referência o mês de maio do mesmo ano. Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia quitou o equivalente a R\$ 764.161, restando 10 parcelas remanescentes, no valor de R\$ 62.745, com vencimentos no último dia útil dos meses subseqüentes a dezembro de 2009, nas condições descritas na Nota 9.
- Ônus variável equivalente a 3% sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário, nas condições descritas na Nota 9.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

### **Equalização do capital circulante líquido negativo**

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 1.320.019, resultante, principalmente, do empréstimo sindicalizado e da provisão para pagamento do direito de outorga da concessão, conforme mencionado nas notas explicativas 8 e 9, respectivamente. A administração está em fase de negociação de financiamentos de longo prazo junto a instituições financeiras de primeira linha e tem expectativa que tais operações sejam liberadas até novembro de 2010 e de que os respectivos recursos obtidos serão suficientes para tornar positivo o capital circulante líquido da Companhia.

Concomitantemente, a Companhia prepara o seu registro junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o que lhe permitirá a emissão de debêntures, também com vencimentos no longo prazo. Enquanto finaliza essas ações, a Companhia continuará dependendo de empréstimos de curto prazo e do suporte financeiro de seus acionistas para o pagamento de suas obrigações.

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis**

### **2.1 Apresentação das demonstrações financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 23 de abril de 2010.



---

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, que serão diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, conforme descrito no item 2.3 a seguir.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Assim, essas demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação da provisão para imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

## 2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

### (a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. Os instrumentos financeiros ativos são, substancialmente, representados por certificados de depósitos bancários de alta liquidez (Nota 3).

### (b) Instrumentos financeiros

#### Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia

---

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

não registrava ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento ou disponíveis para venda.

#### **Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e freqüente, classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro", no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

#### **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo, que são incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem as contas a receber de clientes, outros ativos e caixa e equivalente de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

#### **(c) Contas a receber**

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de difícil realização.

#### **(d) Despesas antecipadas**

As despesas antecipadas, composta por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

#### **(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses diferimentos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

---

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

**(f) Demais ativos circulantes**

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

**(g) Imobilizado**

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, sendo a depreciação calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 5, que leva em consideração a vida útil econômica dos bens, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão, reconhecida no resultado do exercício.

Os custos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não finalizados, são registrados como imobilizações em andamento, apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

**(h) Intangível**

A Companhia adotou como prática contábil ativar o direito de concessão, na rubrica "Direito de outorga da concessão" no ativo intangível (Nota 6). As respectivas obrigações relacionadas a pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas na rubrica "Credor pela aquisição da concessão" (Nota 9).

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada linearmente com base no prazo da concessão. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 8% a.a., taxa essa estimada para juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

**(i) Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A

---

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Ativos não financeiros, exceto ágio, para os quais tenha sido reconhecida provisão para redução ao valor recuperável de ativos ("impairment"), são revisados quanto à possibilidade de reversão da provisão na data do balanço.

Não foram identificadas circunstâncias que indicassem perdas não recuperáveis nos ativos da Companhia, razão pela qual nenhuma provisão para a redução ao valor recuperável de ativos foi registrada.

**(j) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

**(k) Fornecedores**

Referem-se, substancialmente, a valores a pagar pelos serviços prestados na rodovia e a contratos de seguros.

**(l) Credor pela aquisição da concessão**

Os credores pela concessão estão registrados no passivo circulante, a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras.

O valor presente foi calculado a uma taxa de 8% a.a., taxa essa estimada para juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, e seus efeitos são calculados com base na taxa efetiva e apropriados ao resultado, como despesas financeiras, com base no prazo contratualmente previsto para liquidação da obrigação.

**(m) Empréstimos**

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos ao valor justo, líquido dos custos de transação. Posteriormente, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos financeiros calculados com base na taxa efetiva proporcional ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), líquido dos pagamentos efetuados.

---

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

**(n) Demais passivos circulantes**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

**(o) Reconhecimento de receita**

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes.

**(p) Regime Tributário de Transição – RTT**

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08 convertida na Lei nº 11.941/09 de 27 de maio de 2009.

O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia manifestará sua opção pela adoção do RTT quando da entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ 2010 (ano-calendário 2009). Conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

**2.3 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2010.

Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, como parte do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações financeiras da Companhia de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Pronunciamentos

- . CPC 20 - Custos de empréstimos
- . CPC 22 - Informação por segmento
- . CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros
- . CPC 24 - Eventos subsequentes
- . CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes
- . CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis
- . CPC 27 - Ativo imobilizado
- . CPC 30 - Receitas
- . CPC 32 - Tributos sobre o lucro
- . CPC 33 - Benefícios a empregados
- . CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
- . CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação
- . CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação

(b) Interpretações

- . ICPC 01 - Contratos de concessão
- . ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28

A Companhia está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos a esses pronunciamentos, interpretações e orientações, os quais poderão ter impacto relevante nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e para o período compreendido entre 9 de fevereiro e 31 de dezembro de 2009 a serem apresentadas comparativamente às demonstrações financeiras relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, bem como sobre os próximos exercícios.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa geral	4
Bancos conta movimento	1.995
Numerário em trânsito (i)	1.239
Fundo de troco	289
Aplicações financeiras (ii)	4.656
	<hr/>
	8.183

(i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do mês de dezembro de 2009.

(ii) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, remunerados a taxas que variam entre 99% e 100% do Certificado

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

de Depósito Interbancário – CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata.

4. Contas a receber

CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento ("CGMP")	13.697
DBTRANS Ltda.	780
Companhia Brasileira de Meios de Pagamento	703
Outras contas	26
	<u>15.206</u>

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2009, a administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização do contas a receber.

5. Imobilizado

(i) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edifícios e instalações	4	76.504	(551)	75.953
Pavimentações e conservação especial	12,5	24.302	(1.351)	22.951
Hardware e equipamentos de pedágio	4	7.622	(546)	7.076
Demais melhorias e ampliações	4	3.029	(121)	2.908
Desapropriações	3,33	644	(31)	613
Máquinas e equipamentos	20	139	(10)	129
Móveis e utensílios	10	83	(6)	77
Obras em andamento (*)		2.114		2.114
		<u>114.437</u>	<u>(2.616)</u>	<u>111.821</u>

(\*) Refere-se, substancialmente, à construção da praça de pedágio de Jundiáí, com estimativa para conclusão da obra no primeiro semestre de 2010.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(ii) Movimentação

	<u>Período de 9 de fevereiro a 31 de dezembro</u>
(+) Adições	114.437
(-) Depreciação	<u>(2.616)</u>
Saldo no final do período	<u><u>111.821</u></u>

Em 31 de dezembro de 2009, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

Aquisições no montante de R\$ 32.401 foram realizadas para pagamento futuro, sem afetar o fluxo de caixa no período.

6. Intangível

(i) Composição

	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Direito de outorga da concessão (*)	1.337.238	(33.431)	1.303.807
Softwares adquiridos de terceiros (**)	<u>926</u>	<u>(52)</u>	<u>874</u>
	<u><u>1.338.164</u></u>	<u><u>(33.483)</u></u>	<u><u>1.304.681</u></u>

(\*) Representa o direito de outorga correspondente à oferta para obtenção de concessão para exploração do sistema rodoviário conforme mencionado na Nota 1, sendo amortizado pelo método linear de acordo com o prazo da concessão, de 30 anos. Este montante foi ajustado a valor presente considerando uma taxa de desconto de 8% ao ano.

(\*\*) Direitos de uso dos softwares utilizados nas praças de pedágio, sendo amortizado pelo período de até 5 anos.



99999-9 CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A. 10.647.979/0001-48

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(ii) Movimentação

	<u>Período de 9 de fevereiro a 31 de dezembro</u>
(+) Adições	1.338.164
(-) Amortização	<u>(33.483)</u>
Saldo no final do período	<u><u>1.304.681</u></u>

Adições no montante de R\$ 587.246 foram realizadas para pagamento futuro, sem afetar o fluxo de caixa no período, estando contabilizadas no passivo circulante, na rubrica "Credor pela aquisição da concessão" (Nota 9).

7. Fornecedores

Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (*)	21.358
Odebrecht Engenharia e Construção S.A. ("OSEC") (*)	13.534
Outros	<u>2.587</u>
	<u><u>37.479</u></u>

(\*) O saldo de fornecedores a pagar em 31 de dezembro de 2009 refere-se substancialmente a obrigações sobre o contrato de Engenharia, fornecimento e construção das obras, conforme detalhado na Nota 10.

Do saldo apresentado acima o montante de R\$ 32.402 refere-se à construção do ativo imobilizado.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8. Empréstimos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	Saldo
Empréstimo sindicalizado (*)	R\$	DI + 4,75 a 5,5%	712.226
Custos a amortizar	R\$		(21.886)
			<u>690.340</u>

(\*) Composto pelas seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco Votorantin S.A., HSBC Bank Brasil S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A.

(i) Considerações gerais

A Companhia contratou, em 22 de maio de 2009, empréstimo ponte sindicalizado em reais no mercado local, no valor total de R\$ 1.000.000, que terá desembolsos simultâneos com a curva de investimentos e pagamentos das obrigações decorrentes da outorga fixa (Nota 9).

O contrato de empréstimo prevê amortização de juros e principal apenas na data de liquidação, o que poderá ocorrer em até 18 meses após a sua contratação, tendo como data limite de liquidação o dia 18 de novembro de 2010.

Até 31 de dezembro de 2009, não houve pagamento do empréstimo. O saldo apresentado é composto por liberações que totalizam R\$ 656.834 e juros apropriados pela taxa efetiva.

(ii) Encargos financeiros

A remuneração a ser paga a título de encargos financeiros pelo empréstimo sindicalizado possui taxas de juros pós e pré fixadas, conforme descrito a seguir:

- Pós fixadas: O montante equivalente a 25% de cada liberação está sujeito à remuneração pela variação acumulada da taxa DI.
- Pré fixadas: O montante equivalente a 75% de cada liberação está sujeito à remuneração pela taxa pré fixada, na data de apuração que ocorrerá a cada quatro dias úteis antes de cada desembolso, ao valor da taxa flutuante referente à interpolação dos contratos de DI de outubro de 2010 e janeiro 2011 da BMF&BOVESPA, taxa DI futura.

---

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

As taxas pós e pré fixadas são acrescidas de uma margem de 4,75% até 29 de junho de 2009; de 5,25% a partir de 29 de junho de 2009 até o final de 12 meses contados do primeiro desembolso e de 5,50% a ser aplicada do 13o. mês em diante, contados da data do primeiro desembolso.

**(iii) Garantias**

O empréstimo ponte foi concedido sob a modalidade de "*project finance*" ou financiamento com garantias de projeto, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e a alienação fiduciária das ações da Companhia.

**(iv) Principais compromissos assumidos**

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos previstos nos contratos de empréstimo:

- Efetuar pagamento aos credores, nos respectivos vencimentos, do principal, juros e comissões incidentes sobre o empréstimo ou quaisquer outros valores nos termos do contrato de empréstimo;
- Limitação para realização de transferência de ações ou outros valores imobiliários conversíveis em ações, seja por meio de alienação de ações, fusão, incorporação de ações ou sociedades ou por outra forma, sem anuência prévia e expressa dos credores. Excetua-se, contudo, qualquer transferência, na qual as sociedades sucessoras sejam direta ou indiretamente da Organização;
- Abster-se de alienar ou onerar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens do ativo da Companhia, sem a anuência expressa dos credores;
- Limitação sobre operações de mútuo com coligadas, controladas e controladoras;
- Abster-se de conceder empréstimos ou financiamentos e operações de efeitos de concessão de créditos ou similares, inclusive a seus acionistas ou empresas coligadas e controladas;
- Contratar e manter seguros adequados aos seus ativos e atividades que atendam o plano de seguros previstos no contrato de concessão, junto a sociedades seguradoras de primeira linha;
- Comprovar que tenham sido realizados pelos acionistas da Companhia, nas datas devidas, todos os aportes de capital previstos no contrato de empréstimos;

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Abster-se de realizar amortização de ações, redução do capital ou distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, salvo com autorização prévia e expressa dos credores.

**9. Credor pela aquisição da concessão**

Parcelas fixas – direito de outorga (i)	618.164
Parcela variável (ii)	811
	<hr/>
Passivo circulante	618.975
	<hr/> <hr/>

**(i) Parcelas fixas**

Refere-se ao saldo do ônus fixo da concessão, composto pelos valores devidos ao Departamento de Estradas e Rodagem - (DER - SP) pela outorga.

A outorga fixa, no valor total de R\$ 1.342.000, está sendo liquidada em 19 parcelas. A primeira foi quitada em 31 de março de 2009, pelo valor de R\$ 268.401 e o saldo remanescente está sendo pago em 18 parcelas mensais, vencíveis no último dia útil de cada mês, a partir de 29 de maio de 2009.

Conforme estabelece o contrato de concessão, a outorga fixa é reajustada pela mesma fórmula e na mesma data em que ocorrem os ajustes tarifários de pedágio. As tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho de cada ano com base no IPCA acumulado nos últimos doze meses, tendo como referência o mês de maio do mesmo ano. Até 31 de dezembro de 2009, essa atualização foi reconhecida no resultado pela taxa efetiva da operação aplicada sobre o saldo da dívida, e totalizou R\$ 45.084.

Essa obrigação foi ajustada a valor presente à taxa de juros de 8% a.a. e reconhecida inicialmente em contrapartida do direito de outorga como ativo intangível, seus encargos são calculados à taxa efetiva e apropriados ao resultado com base no prazo contratualmente estabelecido para sua quitação. O ajuste a valor presente somado aos encargos de atualização que serão reconhecidos ao resultado em dezoito meses totaliza R\$ 67.421.

Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia liquidou oito parcelas da outorga fixa no valor total de R\$ 764.161, remanescendo o saldo atualizado de principal e encargos financeiros reconhecidos no resultado pela alíquota efetiva, no montante de R\$ 618.164, para pagamento futuro.

**(ii) Parcela variável**

O ônus variável corresponde a 3% da receita de pedágio e das receitas acessórias e sua liquidação ocorre no último dia útil de cada mês subsequente à arrecadação. No período

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

de abril a dezembro de 2009 foram apurados pagamentos variáveis no montante de R\$ 3.893, sendo R\$ 3.082 pagos à ARTESP.

**10. Saldos e transações com partes relacionadas**

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2009, bem como as transações que influenciaram o resultado do período compreendido entre 9 de fevereiro e 31 de dezembro de 2009, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	<u>Saldos</u>	<u>Transações</u>
	<u>Passivo circulante</u>	
	<u>Fornecedores</u>	<u>Serviços prestados</u>
OSEC	13.534	107.310
CNO	21.358	22.091
	<u>34.892</u>	<u>129.401</u>

Em 2 de abril de 2009, a Companhia firmou Contrato de Engenharia com a OSEC, para fornecimento e construção das obras de ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

Em 1º de outubro de 2009, a OSEC cedeu à CNO, de forma irrevogável, todos os seus direitos, responsabilidades e obrigações sobre o contrato de Engenharia, fornecimento e construção das obras de ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

**11. Patrimônio líquido**

**Capital social**

A Companhia foi constituída em 9 de fevereiro de 2009, mediante subscrição e integralização de 1.000 ações, sendo 500 ações ordinárias e 500 ações preferenciais ao valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Em 3 de março de 2009, a Companhia emitiu e subscreveu 208.812.306 novas ações, sendo 104.406.153 ações ordinárias e 104.406.153 ações preferenciais, ao valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Até 31 de dezembro de 2009, foram integralizadas 198.618.952 ações da subscrição realizada em 3 de março de 2009.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social subscrito da Companhia é representado por 208.813.306 ações, sendo 104.406.653 ações ordinárias e 104.406.653 ações preferenciais com valor nominal de R\$ 1,00 por ação, sendo 125.287.984 subscritas pela OII (104.406.653 ações ordinárias e 20.881.331 ações preferenciais) e 83.525.322 ações preferenciais subscritas pela OSEC. Desse total, 10.194.354 ações não foram integralizadas até 31 de dezembro de 2009.

	Ações subscritas	%
OII	125.287.984	60%
OSEC	83.525.322	40%
	<u>208.813.306</u>	<u>100%</u>

O cronograma de integralização está previsto no contrato de empréstimo firmado pela Companhia (Nota 8 (iv)).

## 12. Receitas de pedágio

As receitas de pedágio auferidas no período de 9 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009 são sumarizadas e apresentadas com a seguinte composição:

Receitas em numerários	53.108
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (i)	65.727
Receitas de vale pedágio (ii)	10.493
Outras receitas	106
	<u>129.434</u>

- (i) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI ("Automatic Vehicle Identification") são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários cadastrados via empresa especializada (CGMP).
- (ii) As transações de vale pedágio representam a realização, pelos usuários, de créditos previamente adquiridos das empresas habilitadas para operação (VISA e DBTRANS).

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados referentes ao período de 9 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009 são sumariados e apresentados com a seguinte composição:

Limpeza e conservação da rodovia	(26.325)
Gerenciamento e manutenção	(9.633)
Atendimento pré-hospitalar	(2.489)
Guincho	(1.482)
Seguros	(10.168)
Materiais	(1.839)
Amortização do direito de outorga	(33.431)
Serviços de terceiros	(2.131)
Outros	(15.920)
	<u>(103.418)</u>

14. Resultado financeiro

Despesas financeiras	
Juros sobre empréstimos	(48.667)
Encargos financeiros pela aquisição da concessão	(45.084)
IOF sobre empréstimos tomados	(5.996)
Comissões bancárias sobre empréstimos	(6.668)
Outras	(71)
	<u>(106.486)</u>
Receitas financeiras	
Receita de aplicação financeira	1.140
	<u>(105.346)</u>

15. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro no valor de R\$ 98.989 mil, cada.

Apesar da expectativa de resultados positivos futuros, a Companhia não possui histórico de rentabilidade que justifique a constituição de tributos diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em 2009.

---

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

## 16. Plano de previdência privada

Em 29 de setembro de 2009, a Companhia aderiu ao convênio com a ODEPREV - Odebrecht Previdência ("ODEPREV"), entidade fechada de previdência privada, instituída pela Odebrecht S.A. ("ODB"), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes, e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar.

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV a NPC 26 do IBRACON - Contabilização de benefícios a empregados.

## 17. Instrumentos financeiros

### (a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

### (b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

### (c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação do CDI diário.



14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**Análise de sensibilidade**

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros DI (Depósito Interbancário), principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a esta variável são apresentados abaixo:

**(i) Seleção dos riscos**

A Companhia selecionou o risco de mercado que mais pode afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detido, sendo: taxa de juros DI.

**(ii) Seleção dos cenários**

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros DI foi considerada a Taxa DI Over (DI-CETIP), que é uma média da taxa DI calculada com base nas operações do mercado interbancário prefixadas e pactuadas por um dia útil, divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos em 31 de dezembro de 2009.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros DI foi considerada uma alta de 25% sobre a DI-CETIP de 31 de dezembro de 2010 como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II Adverso possível</u>	<u>Cenário III Adverso extremo</u>
DI*	8,55%	10,80%	13,09%

\* Refere-se à taxa DI em 31 de dezembro de 2009.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros DI, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Empréstimo Ponte	nov/10	Alta na taxa DI	138.984	144.435	150.037

O montante equivalente de 25% (vinte e cinco por cento) do Empréstimo Ponte está sujeito à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros DI, os outros 75% (setenta e cinco por cento) está sujeito à remuneração pela taxa pré fixada.

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de Tesouraria da Companhia, por meio de controles e estratégia de operação previamente aprovada pela Diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, ou demais instrumentos financeiros atrelados em 31 de dezembro de 2009.

(d) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela administração, como de primeira linha.

---

**14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresenta valores a receber da CGMP no montante de R\$ 13.697, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

**(e) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar**

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

**(f) Empréstimos**

Os empréstimos, classificados como passivos circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

**(g) Derivativos**

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período compreendido entre 9 de fevereiro e 31 de dezembro de 2009.

**18. Seguros**

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia, riscos nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguros garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2009, foram contratados junto ao Itaú S.A., e através da OCS – Odebrecht Administradora e Corretora de Seguros Ltda., os seguros demonstrados a seguir, tendo a ARTESP como favorecida:

99999-9 CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A. 10.647.979/0001-48

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro Garantia	Mar/2009 a Abr/2010	297.416
Seguro Garantia	Mar/2009 a Set/2010	1.073.600
Riscos de engenharia	Abr/2009 a Jan/2010	164.482
Riscos nomeados e operacionais	Abr/2009 a Abr/2010	250.000
Responsabilidade Civil	Abr/2009 a Abr/2010	60.000
Responsabilidade Civil	Jun/2009 a Jun/2010	40.000

19. Eventos subsequentes

Em 25 de janeiro de 2010, a Companhia emitiu 27.186.694 novas ações, sendo 13.593.347 ações ordinárias e 13.593.347 ações preferenciais, ao valor nominal de R\$ 1,00 cada. As mesmas, integralmente subscritas pelas acionistas OII (13.593.347 ações ordinárias e 2.718.669 ações preferenciais) e pela OSEC (10.874.678 ações preferenciais), acarretaram o aumento do capital subscrito da Companhia de R\$ 208.813 para R\$ 236.000.

Em 23 de março de 2010, a Companhia solicitou autorização para a ARTESP para realização de novo aumento de capital social. A intenção da Companhia é aumentar o capital social de R\$ 236.000 para R\$ 293.054, mediante a emissão de 28.527.000 novas ações ordinárias e 28.527.000 novas ações preferenciais emitidas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada, a serem subscritas pela OII (28.527.000 ações ordinárias e 5.705.400 ações preferenciais) e pela OSEC 22.821.600 ações preferenciais. Caso a ARTESP não autorize a realização deste evento, este aumento de capital será cancelado.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.	3 - CNPJ 10.647.979/0001-48
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	4
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
04	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	7
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 09/02/2009 A 31/12/2009	8
06	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	10
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	12
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	15/36